

# 3

## Educação e Cultura de Paz: A Abertura à Verdade

MARIA EMANUEL ALMEIDA\*

### ABSTRACT

The following article about *Education and peace culture: opening to truth* aims at meeting what the topic “Education and peace culture: memory, truth and forgiveness” targets, at V International Pedagogy Congress. Therefore, it’d like to contribute to the creation of “a more peaceful and harmonious society”, by means of reflection upon education, peace, education for peace, peace culture and opening to truth as the basis for upholding peace. Thus, it’s our intention to reflect upon the meaning of education, of peace, and of education for peace, ideas that can take us to the creation of a peace culture. We’ll approach the topic of truth in behalf of peace and a peace culture, since truth is the basis for building peace, the issue that will be highlighted along this talk.

Keywords: education, education for peace, peace, peace culture and truth.

### 1. Introdução

A humanidade encontra-se perante um grande desafio: construir um mundo onde se viva em paz, democrático, próspero e justo. Para tal, é imprescindível uma educação para a paz, caracterizada como um processo dinâmico e permanente, criador das bases de uma nova cultura: a cultura da paz que se evidencia como a expressão do aprender a pensar e a atuar de forma diferente, que seja facilitadora de um relacionamento equilibrado e harmonioso das pessoas consigo mesmas, com os outros e com o meio ambiente.

É ainda importante referir que a cultura da paz deve ser o principal objetivo de qualquer política educativa, visto que o seu propósito é assegurar uma educação de qualidade para todos os cidadãos.

---

\* Universidade Aberta, Lisboa, CEMRI – Centro das Migrações e das Relações Interculturais.  
✉ [mariaemanuel.almeida@gmail.com](mailto:mariaemanuel.almeida@gmail.com)

No âmbito desta reflexão é de relevar a questão da verdade pois sem esta torna-se impossível a convivência humana e a sociedade passa a ser regida pela lei do mais forte. Aspeto que vai contra o objetivo da edificação de uma cultura de paz.

## 2. Conceito de educação

Ao abordar o tema da educação, sublinha-se a perspetiva de Debesse<sup>1</sup>, segundo a qual educação é uma palavra que provém do latim com uma origem dupla: *educare* pode querer dizer alimentar e *educere*, tirar para fora, conduzir para. Assim, a educação preocupa-se em “alimentar” o indivíduo de conhecimentos e em “educá-lo” para dele retirar todas as suas potencialidades, o que de um certo modo possui um aspeto de interesse e não de respeito pela liberdade e dignidade de cada ser humano.

No entanto, a finalidade da educação no sujeito que a recebe reside na capacidade que ele adquire de responder de modo adequado e prudente às solicitações que lhe vêm das pessoas ou das circunstâncias, bem como da capacidade de criar as condições que permitem a realização dos seus projetos de acordo com a sua liberdade. Neste sentido, a educação não só é educação para a liberdade, mas é libertação ativa dos múltiplos condicionalismos externos e internos, tornando possível uma iniciativa livre e responsável. Educar não é comunicar um saber, mas comunica-se em virtude de um efeito de indução, de sugestão, de estimulação e de incentivo.

Sabe-se desde os gregos, que educar é tarefa de toda a comunidade. É a esta que compete a função de transmitir a cultura às jovens gerações. Jaeger<sup>2</sup> considera que os costumes, as tradições, os valores institucionais que definem as manifestações e modos de vida que caracterizam e definem um povo, constituem o principal trabalho de toda a comunidade. Este sentido de totalidade da *paideia* grega, foi referido de modos diferentes através da história da educação.

Assim, a escola é concebida não só como um lugar onde se ensinam conhecimentos e transmitem saberes, mas sobretudo, um local

- 
1. M. Debesse and G. Mialaret, *Traité des sciences pédagogiques* (Paris: Presses Universitaires de France, s.d.), 10.
  2. W. Jaeger, *Paideia: Los ideales de la cultura griega*. (México: Fondo de Cultura Económica, 1974).

onde se aprende a conviver, a respeitar os outros, a ser tolerante e bom cidadão. Ortega y Mínguez<sup>3</sup>, citado em P. Ortega, R. Mínguez e R. Gil, referem que a ideia da escola competitiva, fortemente unida ao êxito acadêmico vai cedendo lugar, mesmo lentamente, a outra onde os valores, atitudes e comportamentos morais constituem objetivos essenciais no processo educativo.

Atualmente, ampliam-se os processos educativos, não só da aquisição de conhecimentos e capacidades necessárias para o homem e a mulher de hoje, mas, para além disso, daqueles valores e atitudes que permitem ao educando integrar-se de modo criativo num mundo em permanente mudança.

Presentemente, tem-se a consciência de que os conhecimentos atuais se tornam ultrapassados na geração seguinte. Por isso, é importante que a escola ultrapasse a função repetitiva dos saberes e conhecimentos, reprodutora da sociedade e das relações sociais existentes, num modelo de sociedade estável já não atual e prepare os educandos para tipos de sociedades de evolução acelerada.

É igualmente relevante admitir que a educação é antes de tudo um processo de humanização e, portanto, é necessário apostar numa aprendizagem inovadora que introduza no processo educativo a formação de atitudes e valores como chave da educação do futuro, se na verdade se deseja responder ao desafio da sobrevivência da humanidade e permitir melhores condições de vida humana.

Touriñán<sup>4</sup> considera que não é possível, falar de educação sem que haja uma referência explícita ou implícita a um determinado sistema de valores.

A educação dos valores está contida intrinsecamente no trabalho educativo, através da formação das atitudes positivas perante esses mesmos valores. Ambos, atitudes e valores tornam-se, de facto, no motor do processo educativo, aquele que dá coerência e sentido dinamizador aos diversos elementos.

Segundo a Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI (Delors)<sup>5</sup>, é necessário explorar as sinergias possíveis entre

- 
3. P. Ortega and R. Mínguez, "Educación intercultural y democracia." In P. Ortega and J. Sáez (eds.). *Educación y democracia*. (Cajamurcia: Obra cultural, 1993).
  4. J. Touriñán, "Teoría de la Educación." In P. Ortega, R. Mínguez and R. Gil, *La tolerancia en la escuela* (Barcelona: Ariel Educación, 1987).
  5. J. Delors (Org.), *Educação, um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão*

o “saber”, “saber-fazer”, “saber-ser” e “saber-viver juntos”, por consequência, é essencial a complementaridade das formas e dos espaços educativos correspondentes.

Assim, a educação transforma-se num assunto que diz respeito a todos os cidadãos, que passam a ser atores e já não simples consumidores passivos duma educação dada pelas instituições. Todos podem experimentar diversas situações educativas e até desempenhar alternadamente o papel de aluno e de professor dentro da sociedade educativa. Integrando, deliberadamente, o informal no formal a educação corresponde, assim, a uma produção constante da sociedade que passa a ser inteiramente responsável por ela, e se transforma através dessa mesma educação.

Tendo em consideração os princípios e valores atribuídos à educação aborda-se o que se entende por paz, pois esta é um dos objetivos da educação.

### 3. Conceito de paz

O primeiro pensamento racional acerca da paz encontra-se, quase simultaneamente, no Oriente e no Ocidente, na China e na Grécia. As propostas chinesas de desarmamento provêm de 546 a.C. e são contemporâneas às tentativas gregas de utilizar alianças para terminar com as guerras internas e prevenir as externas.

Para se aprofundar o conceito de paz, este deve ser abordado sob uma forma global, desde as suas origens no Ocidente, até aos dois conceitos chave: o grego *eirene* e o romano *pax*.

O termo *eirene* (paz) para os gregos foi quase sinónimo de *homonoia* (harmonia); ambos se referiam a uma condição de completa tranquilidade e serenidade. Para os gregos, esta terminologia só era utilizada nos grupos e nas inter-relações especificamente gregas e servia para explicar a tranquilidade numa cidade ou entre cidades gregas, mas nunca se referia à inter-relação entre os gregos e outros povos, de onde provém *eirene* cujo termo designa a unidade interior e social.

Uma outra perspetiva de *eirene* é dada pelos estoicos que a consideram harmonia mental, interior e espiritual, que desabrocha em sentimentos tranquilos e agradáveis, consiste na procura da perfeição e da

unidade, e que explica a razão pela qual a paz (*eirene*) está relacionada com ideais desejados, mas pouco concretos (Lederach)<sup>6</sup>.

O conceito *pax* é paralelo ao conceito *eirene*. Numa definição mais literal e primária, *pax* significa relação legal e recíproca entre dois partidos; relacionada com a ideia de manter e respeitar o que é legal, o que marca e define as relações e interações humanas, de onde se constata que o conceito *pax* é conservador, porque significa manter a ordem estabelecida.

A *pax romana*, na sua essência, consistiu na ausência de conflito ou violência (sob forma de rebelião) imposta e assegurada dentro do Império Romano pelo aparelho militar. No que respeita ao conceito de ordem e unidade interior, *pax* é igual a *eirene*; enquanto *eirene* se baseia e desenvolve na estrutura sociopolítica grega, a *pax romana* surge e desenvolve-se num império tendo por isso uma matriz imperialista.

*Pax romana* é uma definição de paz, no sentido de ausência de violência segundo a lei, mas não no sentido da justiça, da prosperidade, da reciprocidade e da igualdade.

Os conceitos de *eirene* e o de *pax romana* têm sido as bases sobre as quais se introduziram elementos e influências que permitiram formular as referências de paz no Ocidente.

É de relevar ainda o conceito de paz proveniente do Oriente que integra em si diferentes dimensões, as quais têm a sua origem nas diversas influências sofridas, quer pela filosofia hindu, quer pela filosofia cristã do período pós-Constantino. São disso exemplo as duas perspectivas de vida coexistentes na civilização oriental, as quais refletem respetivamente uma preocupação com a realidade interior de cada pessoa (filosofia hindu) e uma intenção de estender e universalizar a sua própria cultura e forma de viver (filosofia ocidental). Assim, *shanti* (paz) do hinduísmo consiste na tranquilidade e na ordem perfeita da mente e *ahimsa* do jainismo refere-se a não magoar qualquer ser vivo.

Gandhi fundiu os seus ensinamentos técnicos e estratégicos com o transcendentalismo hindu que reuniu no *Satyagraha* (poder da verdade) e no *ahimsa* (ação não violenta) como o respeito por todas as pessoas. Gandhi justifica a não-violência, não só como um dever pessoal, mas também como uma obrigação sociopolítica que facilita a construção da paz.

---

6. J. Lederach, *Educar para la paz* (Barcelona: Fontamara, 1984).

No Médio Oriente, o conceito hebraico *shalom* relaciona-se com o bem-estar material, isto é, com a prosperidade. Este conceito define-se e existe apenas num contexto de relações entre indivíduos e, por isso, liga-se ao conceito de justiça. Embora dependa de uma relação vertical com Deus, *shalom* explicita-se em termos de qualidade, de relação e de interação humana, sobretudo, a dois níveis: o primeiro, o interpessoal, evidencia a forma como as pessoas se relacionam entre si e o segundo, o internacional, baseia-se na estrutura socioeconómica que regula as relações entre os povos.

Constata-se que os conceitos orientais de paz reportam a uma interiorização, ou seja, a um dever que cada indivíduo tem em se respeitar reciprocamente.

Através da vida de Jesus Cristo, surge uma nova visão positiva da paz, assente num relacionamento individual com Cristo que se repercute e influencia as relações interpessoais. É a paz no sentido de *ágape*, isto é, o amor de entrega ao próximo e de sacrifício de boa vontade, inclusive, para com os inimigos.

Verifica-se, portanto, que os conceitos de paz conduzem a diferentes formas de pensar, assim como a diversos modos de a alcançar, de onde resulta uma riqueza de pensamento e de compreensão.

A paz é considerada como um dos mais altos valores, como um fenómeno amplo que engloba vários conceitos: harmonia, justiça social, bem-estar, tranquilidade e equilíbrio interior, necessários para se alcançar o ideal desejado. A paz é mais do que o resultado de algo não desejado, como a ausência de guerra (paz negativa); é, fundamentalmente, um fenómeno positivo e um valor humano. Lederach<sup>7</sup> reconhece que a paz é “um dos mais importantes, desejados e elevados valores que temos no nosso vocabulário humano, mas não consiste numa meta e prioridade se não possuir um conteúdo concreto e real”.

Convém referir que tradicionalmente a paz nem sempre foi considerada sob uma perspectiva positiva; ela foi entendida como um conceito centrado nos conflitos violentos entre os Estados.

Em 1941, Quincy Wright<sup>8</sup> defendeu a paz como um equilíbrio de forças no sistema internacional. Na sua opinião, a paz consistia num equilíbrio dinâmico de fatores políticos, sociais, culturais e tecnológicos, e a guerra devia-se à rutura deste equilíbrio.

---

7. J. Lederach, *Educar para la paz* (Barcelona: Fontamara, 1984), 26.

8. Quincy Wright, *A study of war* (Chicago: The University of Chicago Press, 1970).

Com Galtung<sup>9</sup> surgem os conceitos de *paz negativa* e *paz positiva*, cujas conceções se referem respetivamente à ausência de guerra e ao resultado da justiça social. A definição de paz como ausência de guerra é um contrassenso, pois define a paz com o seu oposto, ou seja, com o que ela não é.

Segundo Galtung<sup>10</sup>, a paz significa ou implica uma ausência ou diminuição de todo o tipo de violência, seja ela direta (física ou verbal), estrutural ou cultural, seja dirigida contra o corpo, a mente ou o espírito de qualquer ser humano ou contra a natureza. Para este autor, a violência é “a causa da diferença entre o potencial e o atual, entre o que poderia ter sido e o que é” (Galtung)<sup>11</sup>; deste modo, os aspetos positivos da paz concebem, não só a ausência de violência direta e estrutural, mas também a presença de uma cooperação não violenta, equitativa, sem repressões entre nações ou pessoas (Galtung)<sup>12</sup>. Neste sentido, a paz é concebida como um processo e não como um ponto temporal, imóvel e estático.

Curle<sup>13</sup>, inglês, professor e pioneiro em Investigação para a Paz, focaliza a paz em termos de condições e relações, o que permite estudar mais objetivamente um conjunto de interações num determinado contexto. Começa por apresentar a paz em termos de relações pacíficas e não pacíficas, considerando que uma relação não é pacífica quando a violência afeta uma ou outra parte, durante o conflito. Curle define violência de um modo muito parecido com Galtung, visto que analisa, também, os termos de paz negativa e paz positiva, e refere que, numa definição negativa, as relações pacíficas são aquelas que carecem de conflito. A paz positiva é a ausência de luta declarada, portanto ela é uma relação pacífica que deveria significar, à escala individual, uma amizade e compreensão bastante amplas, de modo a salvaguardar divergências que pudessem surgir. A uma escala superior, as relações pacíficas deveriam implicar uma associação ativa, uma cooperação planificada, um esforço inteligente para prevenir ou resolver os conflitos

- 
9. J. Galtung, “Violence. Peace and peace research”. *Journal of Peace Research*, 3, (1969):167-192.
  10. J. Galtung, “Reflexions sobre a violencia para reconstruir a paz.” In X. R. Jares (Ed.). *Construir a paz. Cultura para a paz* (Vigo: Xerais, 1996), 139-160.
  11. J. Galtung, *Sobre la paz* (Barcelona: Editorial Fontamara, 1985), 31
  12. J. Galtung, “Peace research takes sides”. *Peace: Research, Education, Action. Essays in Peace Research*, vol. I, (1975), 178.
  13. Curle. *Conflictividad y pacificación*. (Barcelona: Herder, 1978), 28.

em potência.

Tanto para Curle como para Galtung<sup>14</sup>, o eixo que permite passar de uma paz negativa a uma paz positiva é constituído pela igualdade e pelas relações entre os indivíduos, sobretudo, no que se refere à distribuição e controlo dos recursos naturais, humanos, sociais e institucionais. Não pode haver paz positiva, se existirem relações caracterizadas pelo domínio, pela desigualdade e pela não reciprocidade, mesmo que não haja conflito aberto.

Para Fisas<sup>15</sup>, o conceito de paz inclui não só a abolição de violência organizada a nível macro, como a guerra, mas também a nível micro, como as violações nas guerras ou no seio familiar.

Nos anos noventa do século XX, a perspetiva holística-Gaia, considera a existência do conceito paz com o meio ambiente, apresentando-o segundo diferentes níveis: o individual, o familiar, e o global. Lovelock<sup>16</sup> foi o primeiro a servir-se do termo nesta aceção, concebendo a teoria da paz-Gaia como um elevado valor, no que se refere às relações dos seres humanos com o sistema bio ambiental, considerando a paz holística como o conjunto da paz interna, externa e espiritual.

Em 1963, na Encíclica *Pacem in Terris*, João XXIII<sup>17</sup> diz que “a paz verdadeira e firme entre as nações não pode assentar sobre a igualdade das forças militares, mas somente sobre a confiança recíproca” (§ 113). E, mais adiante, considera que a paz “será uma palavra oca se não estiver alicerçada sobre a ordem fundada na verdade, construída com as normas da justiça, vivificada e integrada pela caridade e, por fim, realizada na liberdade” (§ 167).

Para além das perspetivas já abordadas sobre o conceito de paz é de referir que, ao longo da história, muitos autores a estudaram segundo diversos aspetos de acordo com o contexto histórico em que viveram.

Para Gaston Bouthoul<sup>18</sup>, a paz estável é “um consentimento geral, um equilíbrio e uma cooperação espontânea”; e Possenti<sup>19</sup> evidencia a paz como uma realidade que não é vazia. “A paz está intimamente

---

14. J. Galtung, “Violence. Peace and peace research”. *Journal of Peace Research*, 3, (1969), 167-192.

15. V. Fisas, *Cultura de paz y gestión de conflictos* (Barcelona: Icaria, 1998).

16. J. E. Lovelock, *Gaia. A new look at life on earth* (Oxford: Oxford University Press, 1979).

17. João XXIII, “*Pacem in Terris*.” In *Caminhos da justiça e da paz* (3ª ed.) (Lisboa: Rei dos Livros, 1993), 195-233.

18. G. Bouthoul, *Viver em paz* (Lisboa: Moraes, 1968), 210.

19. V. Possenti, *Frontiere della pace* (Milano: Editrice Massimo, 1973), 35, 36.

ligada à justiça, à liberdade e à dignidade humana . . . a paz plena não é imobilidade espiritual, mas uma tensão para um fim a conquistar sempre mais plenamente”.

Para Jares<sup>20</sup>, especialista em educação para a paz,

... a paz é mais do que um ponto final num conflito, é o início de uma ordem social que exige e implica a justiça social, o desenvolvimento equitativo dos povos e a vivência dos direitos humanos, dentro e entre os Estados, num meio ecologicamente saudável.

Hicks<sup>21</sup> considera que a paz “não é simplesmente um estado de existência no qual os indivíduos aceitam com passividade o *status quo*, mas trata-se, pelo contrário, de um processo ativo que procura modos não violentos e criativos de relacionamentos”.

Para Zaragoza<sup>22</sup>, a paz tem um objetivo a longo prazo que pressupõe a criação de uma ligação forte entre paz, desenvolvimento, justiça e democracia.

Após as várias abordagens sobre o conceito de paz, chegou-se a uma definição específica, constando

... paz de um processo referente ao ser humano e, por isso, contribuindo para a promoção da sua dignidade, da justiça, da liberdade, da igualdade, da fraternidade e da responsabilidade, assim como de outros valores que lhe são inerentes. A paz não é algo que vem de fora, mas que nasce dentro do indivíduo e se reflete nas relações consigo próprio, com a sociedade e com a natureza. A paz é o dever ser de cada homem e mulher inseridos na complexidade da sociedade atual. É, ainda, uma resposta gratuita para com a natureza, sustento da vida humana, que deve ser preservada em função das gerações futuras.<sup>23</sup>

Como se verifica, a paz é um tema amplo, que contém em si dimensões pessoais, sociais e ambientais e, por sua vez, se desenvolve em espaços ainda mais vastos e com conteúdos que estão relacionados com o ser humano a diferentes níveis, pois a paz só se concretiza quando os indivíduos possuem a consciência de que é indispensável um esforço

---

20. X. R. Jares, (Ed.) *Construir a paz. Cultura para a paz* (Vigo: Xerais, 1996), 13

21. D. Hicks, *Educación para la paz. Cuestiones, principios y práctica en el aula* (2ª ed.) (Madrid: Ediciones Morata, 1999), 96.

22. F. Zaragoza, *Un mundo nuevo* (2ª ed.) (Barcelona: UNESCO, 2001).

23. Esta referência foi rasurada, porque pode identificar o autor do artigo.

que una todas as perspectivas da vida humana.

O fundamento da paz está, essencialmente, na certeza de que a fraternidade e o amor são as condições básicas para a sua construção. No entanto a paz só é verdadeira quando é coincidente com a libertação a nível ético e político e com uma relação autêntica entre os indivíduos em que são respeitados os seus direitos e a sua liberdade (Possenti)<sup>24</sup>.

A paz não é desejada por ser útil e por promover o desenvolvimento, mas porque sem ela não existe uma verdadeira convivência humana que se realiza através da fraternidade e segundo Lubich<sup>25</sup> é promotora de “um novo estilo de vida: une a comunidade e, simultaneamente, distingue os papéis e os deveres”.

Se a história humana é uma ilustração do *homo homini lupus*, a paz efetiva deve ser a progressiva aplicação do *homo homini frater*. A paz positiva consiste na coexistência fraterna dos espíritos e dos corações; é o início da compreensão recíproca, do respeito e da estima do outro enquanto ser diferente.

Este aspeto é sublinhado no discurso que Papa Francisco<sup>26</sup> fez ao Conselho de Segurança da ONU em 14 de junho de 2023 (que foi lido pelo dom Gallagher) onde refere que a humanidade passa um momento semelhante a uma terceira guerra mundial em frações devido à “falta de fraternidade que emerge de tantas situações de injustiça, pobreza e desigualdade, a falta de uma cultura da solidariedade”.

E sublinha que “o pior efeito desta escassez de fraternidade são os conflitos armados e as guerras, que não tornam apenas as pessoas inimigas, mas povos inteiros, cujas consequências negativas se repercutem por gerações”.

Quando surgiram as Nações Unidas, parecia que a humanidade tivesse aprendido com os dois conflitos mundiais de grande alcance, mas presentemente estamos perante inúmeros conflitos que em certa medida podem ultrapassar as consequências dos anteriores. A única diferença é que são conflitos dispersos em várias partes do mundo

---

24. Op.cit., 37.

25. C. Lubich, *Una cultura nuova per una nuova società* (Roma: Città Nuova Editrice, 2002), 160.

26. Papa Francisco, “O Papa: sofremos a escassez de fraternidade, dizer seriamente “não” à guerra.” *Vatican News*. (14 de junho de 2023), <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2023-06/papa-mensagem-conselho-seguranca-onu-gallagher-guerra-paz.html>.

embora a intensidade, possa ser superior aos conflitos das duas guerras mundiais, visto o número das vítimas ultrapassarem em número das anteriores.

Por estas razões, torna-se urgente repetir com o Papa Francisco “Chegou a hora de dizer seriamente “não” à guerra, de afirmar que as guerras não são justas, mas que só a paz é justa: uma paz estável e duradoura, não construída sobre o equilíbrio precário da dissuasão, mas sobre a fraternidade que une.”

Como já se viu, a paz não é um dado adquirido; é um processo, um método para resolver problemas, e é a soma de muitos atos; não se constrói com diálogos e negociações à volta de uma mesa, não se reduz a um conjunto de leis e assinaturas de tratados, como se pensou ao longo da história. Só será uma realidade de hoje e de amanhã, quando enraizada nos valores que lhe são inerentes, vividos e transmitidos às gerações vindouras.

Deste modo as dimensões da paz não têm limites: são pessoais e comunitárias, materiais e espirituais, económicas e políticas, culturais e educativas. Em cada uma destas dimensões, o diálogo fraterno, a confiança recíproca entre as pessoas e entre os povos, o confronto com outras perspetivas intelectuais e espirituais, ocupam um lugar importante.

A paz é um valor humano de grande amplitude, é um processo de relações pessoais, sociais e ambientais que tende à justiça, ao desenvolvimento, ao respeito pelos direitos humanos e à democracia.

A paz é um sinal de bem-estar, de felicidade e de harmonia que une as pessoas umas às outras, à natureza e ao universo. É ainda algo mais, porque consiste numa prática universal indissociável da condição humana, como sentimento, ideia e prática que acompanha o indivíduo ao longo de toda a sua vida.

Embora no século XXI, a paz não seja património da humanidade, deveria ser real e tangível na existência diária de todas as pessoas, porque ela é indispensável para que todo o ser humano possa ter uma vida digna e segura.

A paz é o mais alto projeto temporal e a obra mais nobre que o ser humano pode construir.

Pode dizer-se que a paz resulta de uma convivência humana justa, a partir da qual os indivíduos alcançam os objetivos pessoais, familiares e sociais.

Apesar de todo o progresso científico e técnico, assiste-se a uma crise generalizada da paz. Não só aumentam os problemas pessoais que originam doenças psicológicas e um desequilíbrio na vida dos indivíduos, mas também se ampliam os conflitos nas famílias, nos grupos sociais, nas empresas, no próprio Estado, sem falar das questões internacionais.

Atualmente, perante as tensões que se verificam a todos os níveis importa que cada pessoa se consciencialize de que o desenvolvimento da paz interior, cuja edificação contribui para a construção da paz social, é um trabalho a longo prazo e que comporta o empenho, o esforço e a paciência dos indivíduos que a defendem.

Quintás<sup>27</sup> é da opinião que a paz interior depende, em parte, da tolerância recíproca, visto que a verdadeira tolerância não se reduz a uma simples permissividade-aceitação de qualquer tipo de comportamento, não é indiferença perante a verdade e os valores, mas pressupõe respeito e estima.

É ainda de relevar que o direito de viver em paz é um direito fundamental inerente à dignidade da vida humana e ao exercício da liberdade. Não é suficiente reconhecer o direito à paz, é preciso garanti-lo e recuperá-lo nos ambientes onde se tenha perdido.

Tal como se deseja para as novas gerações o direito a um ecossistema equilibrado, e não um prestes a entrar em colapso, como se verifica atualmente, também se deve auspiciar o direito a uma sociedade que viva em paz e em harmonia, condição esta, que os indivíduos dos séculos passados não conseguiram construir e infelizmente não o verificamos ainda no século XXI.

Perante a análise feita sobre o conceito de paz é de relevar que é a partir desta noção que se pode interpretar e promover uma educação para a paz e uma cultura de paz.

#### **4. Educação para a paz**

Definir educação para a paz não é tarefa fácil, dadas as divergências resultantes das várias concepções.

É importante referir que os conceitos de educação e paz não se podem considerar neutros, porque pressupõem o esforço de acomodo-

---

27. L. Quintás, *El libro de los valores* (Madrid: Planeta, 1996).

dação dos indivíduos aos valores predominantes da sociedade. Se a socialização é o processo de interiorização/assimilação de certos hábitos e valores, segundo a sociedade a que se pertence e faz parte da construção social da realidade, então, a criança descobre quem é, na medida em que se insere na sociedade. Sendo assim, os indivíduos extraem da sociedade a sua identidade, os seus papéis e a sua visão cósmica do mundo. A educação é, pois, fundamental na transmissão dos modelos sociais e dos valores que configuram o próprio educando e a sua função no mundo.

Ao contrário da simples escolarização, a educação é feita ao longo da vida: é um processo no qual intervêm os múltiplos elementos constitutivos de cada sociedade; não é neutra; pode ser considerada como um ato consciente, que se orienta para um determinado modelo de sociedade e de ser humano. Neste processo, é importante não só o compromisso dos educadores/professores como profissionais, mas também como pessoas. Educa-se para a paz na medida em que se intervém num processo educativo que contribui para afastar o perigo da guerra, terminar com as zonas empobrecidas do planeta, ensinar a não-violência, aprender a considerar o conflito como um meio de mudança, resolvê-lo de modo não violento e integrar o educando/aluno no processo de transformação da sociedade no sentido da justiça.

O modelo histórico da educação para a paz foi apresentado pela primeira vez de uma forma global por Jares<sup>28, 29</sup>). Seguindo este autor a expressão “educação para a paz” liga-se, explicitamente ou não, a uma tradição pedagógica que tem como protagonista, no século XVII, Comênio, o fundador da Pedagogia como ciência e o inspirador da corrente denominada por *mundialismo*. Para obter a união da humanidade, Comênio propôs dois caminhos complementares: a *pansofia* ou ciência universal e a *educação*. A *pansofia* consiste no resumo de todo o saber e é através da *educação* que se atinge a união mundial e se alcança a paz. A humanidade aprende a afastar os conflitos com a verdade e não com a violência (Hendrich)<sup>30</sup>.

---

28. X. R. Jares, *Educación para la paz. Su teoría y su práctica* (Madrid: Editorial Popular, 1991).

29. X. R. Jares, *Educación para la paz. Su teoría y su práctica* (Madrid: Editorial Popular, 1999).

30. J. Hendrich, “El esfuerzo pacifista de Comenius”. In P. Bovet. *La paz por la escuela* (Madrid: Ediciones La Lectura, 1927), 143-149.

Rousseau <sup>31</sup>. foi também um antecessor da educação para a paz. Segundo a sua orientação pedagógica, considerava que o indivíduo é por natureza pacífico e tímido, não há guerra entre os indivíduos, só há guerra entre os Estados. Do ponto de vista pedagógico, a descoberta da criança é a sua grande revolução e o seu princípio educativo é a liberdade.

Maria Montessori<sup>32</sup>, Pere Rosselló <sup>33</sup> e John Dewey <sup>34</sup> defendem uma conceção positiva da educação para a paz. Para estes autores, não é suficiente mostrar os horrores da guerra, é preciso sobretudo promover o espírito de cooperação e compreensão entre os indivíduos.

Um dos principais objetivos da educação para a paz é promover a formação de seres humanos não violentos, isto é, pessoas que tenham confiança em si e nos outros; que saibam intervir de modo criativo e pessoal num determinado contexto e o consigam modificar tendo por base o humanismo; que se empenhem em resolver os conflitos sem violência; que saibam trabalhar em rede, a nível mundial e que procurem a verdade sem reivindicar a sua exclusiva propriedade.

Nani <sup>35</sup> considera que o percurso da educação para a paz, de acordo com os seus objetivos, é “caracterizado por um deslocamento do eixo cognitivo para o eixo relacional”. A paz não surge como um conjunto de conhecimentos, mas como uma relação diferente com o outro (os semelhantes, os diferentes, as coisas, a natureza, o transcendente e a própria pessoa).

Relativamente aos conteúdos, o percurso da educação para a paz, tem uma outra característica importante, que não se centra nos temas, mas nos problemas, especialmente, nos conflitos, dos quais se destacam: o racismo como conflito entre diferentes; a desigualdade Norte/Sul, como conflito entre Ocidente e Terceiro Mundo; e a questão ecológica, como o conflito entre o ser humano e a natureza. É nas metodologias ativas que se encontra a novidade deste percurso, sobretudo nas que se referem à área dos valores.

---

31. J.J. Rousseau, *Emílio o de la educación*. (Barcelona: Fontanella, 1973), 125.

32. M. Montessori, *Educação e Paz* (Queluz: Portugália, s.d.).

33. P. Roselló, *La paz por la escuela* (Madrid: La Lectura, 1927).

34. J. Dewey, *Pedagogía y Filosofía* (Madrid: Fco. Beltrán, 1930).

35. A. Nani, “Pace: educazione alla”. In J. M. Prellezo (Ed.), C. Nani & G. Malizia. *Dizionario di scienze dell’educazione* (Torino: Editrice Elle Di Ci, S.E.I Facoltà di Scienze dell’Educazione. Università Pontificia Salesiana, 1997), 785-786.

Ao longo dos tempos, relevou-se que o ensino mais eficaz provinha diretamente dos educadores, mas Montessori<sup>36</sup> evidenciou a importância do ambiente, pois “existe uma correspondência total entre o indivíduo e o ambiente. O uso das coisas molda o homem e este molda as coisas. Neste moldar recíproco, afirma-se o amor do homem pelo ambiente”. A criança tem amor, não ao objeto, mas ao trabalho com que ele é realizado, porque quando num certo ambiente se inicia um trabalho, efetua-se uma associação, de onde pode surgir algo interessante que valorize a individualidade e eleve a pessoa. Se esta situação não se verifica, nasce a ganância pela posse dos objetos que fazem parte do ambiente e a criança, em vez de se associar e colaborar, luta e confronta-se com os outros.

Na educação para a paz não pode haver contradição entre o fim (educar para a paz) e os meios, isto é, a forma deve ser pacífica, pois, caso contrário, os/as alunos/as aprendem a violência que é exercida sobre eles.

Se a educação para a paz, nas escolas em particular e na sociedade em geral, fosse uma realidade, verificar-se-ia certamente a modificação de alguns comportamentos, designadamente no referente à guerra, à diversidade étnica, à violência estrutural, à paz positiva, à paz negativa, à agressividade, ao conflito, à competitividade e ao inimigo, contribuindo efetivamente para o desenvolvimento de uma nova humanidade.

Na Conferência em Copenhaga, a 22 de maio de 1937, Montessori refere que uma educação capaz de salvar a humanidade é muito exigente: implica o desenvolvimento espiritual do homem, a valorização e a preparação adequada do jovem para poder compreender a sua época. O segredo reside na possibilidade de o indivíduo dominar a tecnologia que hoje, por vezes, o oprime. É preciso valorizar cientificamente as energias humanas e organizar a humanidade, de modo a que os indivíduos não se ignorem a si próprios e ao mundo em que vivem. Para isso é imprescindível a paz, preparando-a cientificamente através da educação.

A educação para a paz deve ser também uma educação para o encontro de individualidades que se manifestam e cooperam. Um lugar onde se aprende a lidar com as potencialidades de transformação que cada um possui e onde os projetos culturais se podem converter em atividade política. Só assim, é que o projeto da cultura de paz tem

---

36. Op.cit., 71.

sentido e é um instrumento útil na mobilização das pessoas, para a sua própria transformação e para a transformação do meio em que estão inseridas.

A educação tem a missão de dar às pessoas a capacidade de desenvolver ao máximo os seus talentos, incluindo a responsabilidade pela sua própria vida e a realização dos seus objetivos (Delors)<sup>37</sup>; é um instrumento fundamental de transformação social e política. Se a paz consiste na transformação criativa dos conflitos e se os seus principais conceitos são: o conhecimento, a imaginação, a compaixão, o diálogo, a solidariedade, a integração, a participação e a empatia; então, o seu objetivo é desenvolver uma cultura da paz, oposta à cultura da violência.

É através da educação que se promovem os valores, os meios e os conhecimentos que servem de suporte ao respeito pela paz, pelos direitos humanos e pela democracia, visto que a educação é um meio para eliminar a suspeita, a ignorância, os estereótipos, os preconceitos e, ao mesmo tempo, promover os ideais da paz, da tolerância, da não-violência, do apreço mútuo entre os indivíduos, grupos e nações (J. Symonides & K. Singh)<sup>38</sup>.

A educação para a paz reflete-se no esforço de fortalecer uma maneira nova de ver, de entender e de viver o mundo, começando por si próprio, continuando com os outros até formar uma rede.

Fisas<sup>39</sup> refere que “a educação para a paz para além de ser uma educação sobre os conflitos, deve pôr a ênfase noutros aspetos”. É fundamental, aprender a reconhecer os interesses do opositor colocando-se no seu lugar e circunstâncias (Bejarano).<sup>40</sup> Para alcançar este objetivo, é preciso aumentar o afeto e empatia por parte dos indivíduos. É ainda importante que os povos dominantes terminem com a sua arrogância e efetuem um *desarme natural*, aceitando a multiculturalidade e a riqueza da diversidade humana.

A educação para a paz deve também ensinar a perder o medo pela diferença do outro, tratar as outras culturas em igualdade de condições,

---

37. Op. cit.

38. J. Symonides, & K. Singh, “Constructing a culture of peace: challenges and perspectives. An introductory note”. In J. Symonides & K. Singh. *From a culture of violence to a culture of peace* (UNESCO, 1996), 20-30.

39. Op. cit., 384.

40. J. A. Bejarano, *Una agenda para la paz. Aproximaciones desde la teoría de la resolución de conflictos* (Bogotá: Tercer Mundo Editores, 1995).

afastar a tentação de impor aos outros modelos económicos, políticos, culturais e tecnológicos. Neste campo, Delors<sup>41</sup> considera que a educação tem um papel fundamental, na medida em que “ajuda a entender o mundo e o outro, para melhor se compreenderem”.

Sublinha-se que o conceito de paz, segundo uma perspectiva pedagógica, deve estar inserido noutros âmbitos como o psicológico, o social, o afetivo e o ambiental.

A perspetiva ontológica e religiosa refere que a educação para a paz é uma educação orientada para todos. Não se pode educar para a paz, olhando o ser humano unicamente como um ser individual, mas é necessário ter em conta a sua integração nos âmbitos social e político.

Segundo Jares (<sup>42</sup>, <sup>43</sup>, <sup>44</sup> e <sup>45</sup>) educar para a paz consiste num modo especial de educar em valores; tem como objetivo principal recuperar a ideia de paz positiva; é uma educação desde e para a ação; consta de um processo contínuo e permanente; pode fazer parte da dimensão transversal do currículo abrangendo todos os elementos e etapas educativas. Pressupõe conjugar o binómio teoria e prática, mas de modo particular a concordância entre os fins a alcançar e os meios a aplicar. Tem como objetivos e conteúdos prioritários a educação para a compreensão internacional, para os direitos humanos, para o desarmamento, a educação intercultural, para o desenvolvimento, a educação para o conflito e, por fim, educar para a paz implica a necessidade da existência de um corpo docente comprometido pedagógica e socialmente com a construção de uma cultura de paz.

Um outro conceito de educação para a paz, é apresentado por Rojo <sup>46</sup> ao referir que se trata de um processo que visa a construção de uma resposta à crise do mundo atual, caracterizada pela agressão do ser humano contra si mesmo, contra os outros e contra a natureza. Segundo este autor, a educação para a paz é uma resposta que procura a consciencialização da pessoa e da sociedade, de modo a considerar a harmonia do ser humano consigo mesmo, com os seus semelhantes e com a natureza, como substrato dessa sociedade. Esta tripla harmonia

---

41. Op. cit., 44.

42. X. R. Jares (Ed.) (1983). Educación para la paz. *Cuadernos de Pedagogía*, 107, 69-72.

43. X. R. Jares (Ed.), *Educar para arma-la paz* (A Coruña: Via Láctea, 1986).

44. X. R. Jares, *Educación para la paz. Su teoría y su práctica* (Madrid: Editorial Popular, 1991).

45. X. R. Jares (Ed.), *Construir a paz. Cultura para a paz* (Vigo: Xerais, 1996).

46. Martín Rodríguez Rojo, *La educación para la paz y el interculturalismo como tema transversal* (Barcelona: Oikos-Tau, 1995).

alcança-se com o contributo da educação para a paz, e pressupõe o enlace de três dimensões educativas: a pessoal, que visa a alteração do comportamento a nível das relações interpessoais e na aquisição de atitudes contemplativas, autónomas, não violentas e de alegria perante os prazeres da vida; a sociopolítica, reguladora das relações de justiça e convivência na sociedade; e a ambiental ou ecológica que promove a mudança de comportamento face à natureza afetada pelas agressões bélicas, claramente destrutivas da atmosfera e do ambiente em geral.

Perante o exposto, pode-se definir a educação para a paz, como uma ação educativa permanente, ao longo da vida, facilitadora e promotora de relações positivas e harmoniosas da pessoa consigo própria, com os outros, com a natureza e com o transcendente, que favorece a resolução dos conflitos de forma não violenta e que tem como meta a justiça, a liberdade, a igualdade, a fraternidade e a edificação de uma cultura de paz garante de uma existência feliz e pacífica do indivíduo e da sociedade.<sup>47</sup>

É de relevar o quanto a UNESCO<sup>48</sup> tem feito e faz em favor da educação para a paz.

Neste sentido, referem-se alguns aspetos resultantes da última Conferência Geral da UNESCO realizada a 20 de novembro de 2023, nomeadamente a aprovação por unanimidade da Recomendação sobre Educação para a Paz, os Direitos Humanos e o Desenvolvimento Sustentável, instrumento político universal que atribui à educação um papel essencial na promoção do desenvolvimento humano e da sustentabilidade da Paz.

Audrey Azoulay, Diretora Geral da UNESCO, nesta ocasião afirmou:

Hoje, quando as crises polarizam as nossas sociedades, quando a ordem mundial multipolar continua a ser palco de conflitos violentos, a educação deve continuar a ser, mais do que nunca, um baluarte defensivo contra as fraturas do mundo e uma base para alcançar a paz sustentável... É esta mesma convicção que continua a impulsionar a ação da UNESCO.

---

47. Op. cit., 204.

48. UNESCO, *La UNESCO aprueba una recomendación histórica sobre el papel transversal de la educación en la promoción de la paz*. (2023), <https://www.unesco.org/es/articles/la-unesco-aprueba-una-recomendacion-historica-sobre-el-papel-transversal-de-la-educacion-en-la>.

A Recomendação reconhece que a paz se constrói não só através de negociações internacionais, mas também nas salas de aula, nas escolas e nos campos desportivos, através da educação artística e científica e ao longo da vida.

Professor Charles Bosire, delegado permanente do Quênia junto da UNESCO e presidente do Departamento encarregue de rever a Recomendação de 1974 afirmou:

Nosso mundo precisa de uma mensagem de paz agora mais do que nunca. A educação pode nutrir os laços entre as pessoas. No contexto atual, não podemos perder esta oportunidade de afirmar enfática e claramente aqui na UNESCO que os Estados-Membros concordam com uma visão da educação ao serviço da humanidade e da paz.

A atual Recomendação coloca especial ênfase nos direitos humanos e nas liberdades fundamentais e integra questões consideradas essenciais para alcançar uma paz sustentável na era atual, tais como o desenvolvimento sustentável, as alterações climáticas, o respeito pela diversidade, a igualdade de género e a literacia mediática e informacional.

Nesta Recomendação são delineados 14 princípios orientadores que deverão orientar a transformação dos sistemas educativos nas próximas décadas.

Sublinha que, para além das competências básicas em literacia e aritmética, os alunos devem adquirir competências como empatia, pensamento crítico, compreensão intercultural e gestão ambiental sustentável.

Abrange atividades educativas em todos os contextos e em todos os níveis ao longo da vida, interligando a saúde física e mental dos alunos e a sua capacidade de aceder à educação, o impacto das alterações climáticas no sistema educativo, bem como o conhecimento adquirido fora da sala de aula.

Engloba todas as partes interessadas no sector da educação, desde decisores políticos e professores a educadores informais e de tradição.

Atualiza a educação, considerando as mudanças que o mundo tem vivido e as que ocorrerão nas próximas décadas, tem em conta fenómenos contemporâneos como o aumento do discurso de ódio na Internet e dá orientações sobre o que pode ser feito através da educação para criar resiliência nos alunos.

Contemporaneamente, à educação para a paz defendida pela UNESCO e por diversos organismos educativos, ressalta a urgência de, nos dias de hoje, se educar para a paz, de modo a alcançar-se uma cultura de paz.

## 5. Cultura de paz

Etimologicamente, a palavra *cultura* deriva do latim *colere* que significa cultivar. Esta noção distingue o indivíduo instruído (culto) do iletrado (inculto). Outro sentido provém do alemão *kultur* e designa o cultivo das melhores atitudes e valores potencialmente encerrados no ser humano. A questão sobressai quando a escola é vista como uma instituição social que transmite a cultura, segundo uma perspetiva académica e promocional. Neste sentido, a interpretação de cultura desclassifica outras formas culturais de valor como, por exemplo, a experiência e a sabedoria dos anciãos.

Um outro modo de definir cultura é a descrição dos conteúdos, crenças, comportamentos, conhecimentos, línguas, técnicas, produções (literárias, musicais, arquitetónicas, tecnológicas) de determinada sociedade. Assim, a dificuldade epistemológica de definir cultura deve-se à impossibilidade de enumerar todos os aspetos que a compõem.

A cultura pode ser entendida a partir da sua *funcionalidade*. Bullivant<sup>(49, 50, 51)</sup>, distingue duas dimensões: a primeira, refere-se à função de salvaguardar a própria tradição cultural e é denominada por *cultura expressiva*. Este autor defende que os *aspetos gratuitos* favorecem a qualidade de vida psicológica de um grupo (literatura, arte, música, folclore ou crenças), assim como a segurança emocional que contém uma identidade cultural comunitária. Neste sentido, Bullivant<sup>52</sup> orienta-se para a segunda dimensão da cultura: a *instrumental* definindo

---

49. Br. Bullivant, *The pluralist dilemma in education* (Sidney: Allen y Unwin, 1981).

50. Br. Bullivant, "Towards radical multiculturalism: resolving tensions in curriculum and Education Planning", in S. Moggdíl et al. *Multicultural education. The interminable debate* (Londres: The Falmer Press, 1988), 33-47.

51. Br. Bullivant, "Culture: nature and meaning for teachers", in J.A. Banks & Ch.A. (Eds.), *Multicultural education. Issues and perspectives* (Londres: Allyn and Bacon. Multicultural, 1989), 27-45.

52. Br. Bullivant, "Towards radical multiculturalism: resolving tensions in curriculum and Education Planning", in S. Moggdíl et al. *Multicultural education. The interminable debate* (Londres: The Falmer Press, 1988), 27, 43.

cultura como “um instrumento de sobrevivência, sempre em evolução, baseado no caminho adaptativo que permite aos grupos sociais enfrentarem os problemas da vida num determinado contexto”. Considera ainda a cultura como “um programa no qual o grupo procura sobreviver e adaptar-se ao seu ambiente”.

É de referir que nenhuma cultura é imutável. Quando se modificam os elementos ambientais, verificam-se, também, adaptações do programa cultural existente dando origem a um outro programa, devido aos mecanismos de reequilíbrio. Lipiansky<sup>53</sup> reforça esta ideia afirmando que, nas nossas sociedades complexas e em mudança, o dinamismo multicultural faz parte integrante do cultural no sentido mais usual.

As ciências sociais têm demonstrado que, quanto mais uma sociedade se fecha em si mesma na sua cultura, mais empobrecida fica. Verifica-se que uma conceção dinâmica da cultura é relevante tanto para as populações maioritárias como para as minoritárias, visto que em qualquer cultura, após a fundamentação da sua identidade, é enriquecedor o intercâmbio com outros padrões culturais, em planos diferentes: científico, literário, musical, axiológico.

Para além da definição de cultura, importa ainda abordar a questão da cultura de paz que foi analisada de um modo particular pela UNESCO, quando em 1995 a definiu como

“Uma cultura de convivência e equidade fundada nos princípios de liberdade, justiça, democracia, tolerância, solidariedade; que rejeita a violência, se dedica a prevenir os conflitos na sua origem, a resolver os problemas segundo o caminho do diálogo e da negociação; que assegura aos indivíduos o pleno exercício de todos os direitos e proporciona os meios para participarem plenamente no desenvolvimento endógeno da sociedade.” (Zaragoza).<sup>54</sup>

No âmbito da paz e da cultura de paz, a UNESCO possui uma missão específica, porque é o único organismo das Nações Unidas cujo mandato se refere diretamente à paz.

A Constituição da UNESCO<sup>55</sup> refere que a sua missão consiste em

53. E. M., Lipiansky, “Communication, codes culturels et attitudes face a l’altérité.” *Intercultures* 7 (1989), 27-37.

54. Op. cit., 557-558.

55. UNESCO, *Constituição da UNESCO, Ato Constitutivo* (1945) Preâmbulo <http://www.unesco>.

Contribuir para a manutenção da paz e da segurança, intensificando, através da educação, da ciência e da cultura a colaboração entre as nações, de modo a assegurar o respeito universal da justiça, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais a todos os indivíduos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião, que as Nações Unidas, reconhece e a todos os povos.

É gratificante ver que a comunidade internacional reconheceu a cultura de paz como uma prioridade fundamental, quando a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou o ano 2000, como o Ano Internacional da Cultura de Paz, e a década 2001-2010, Década Internacional para a promoção de uma cultura da não-violência e da paz em benefício das crianças do mundo.

Qualquer cultura de paz é antes de tudo uma cultura; é um processo orientado em função da transformação, através dos trabalhos dos indivíduos, do seu modo de viver, dos comportamentos e das relações com os outros.

Segundo Zaragoza <sup>56</sup>, existem três atitudes que se podem ter perante uma outra pessoa: a primeira é a rejeição, por vezes, fruto da indiferença e da ignorância; a segunda, consiste em pressionar a outra pessoa para que se modifique e renegue a sua própria identidade; e a terceira, implica consciencializar-se da alteridade, respeitá-la e acolhê-la sem perder a sua singularidade.

Cada indivíduo é formado por uma cultura definida pelos seus comportamentos e pelas suas atitudes, capital esse que é essencial na construção da paz, já que esta não se constrói sem a cultura que modela a relação com o outro. Neste contexto, é essencial atuar preventivamente e eliminar o que conduz à guerra e à violência. Assim, cada pessoa tem responsabilidades perante o futuro.

A UNESCO tem como função divulgar a cultura da paz, utilizando meios como a educação e a própria cultura, considerados como os alicerces da paz e da segurança humana, porque ligados a uma ética baseada nos princípios da democracia.

Numa época, em que todos os anos se atribuem milhões de dólares a despesas militares, o processo de desarmamento deve contribuir para estabelecer alianças regionais e sub-regionais que são pertença de uma

---

[org.br/areas/dsocial/antigoconteudosocial/desenv/culturadepaz/mostra\\_documento](http://org.br/areas/dsocial/antigoconteudosocial/desenv/culturadepaz/mostra_documento)

56. F. Zaragoza, F., *Un mundo nuevo* (2ª ed.), (Barcelona: UNESCO, 2001).

nova etapa na edificação de uma cultura de paz. Para tal, é preciso reduzir as causas que conduzem ao atraso do desenvolvimento social (segurança alimentar, educação, saúde) e eliminar as armas nucleares para que o mundo consiga viver sem medo de um holocausto nuclear<sup>57</sup>.

Convém ainda sublinhar, que os milhares de dólares que são gastos, hoje em dia, na guerra e na sua preparação, podem ser revertidos na realização de ações concretas a favor da paz, nomeadamente, a erradicação da pobreza no mundo; a garantia de uma educação para todos ao longo da vida; a melhoria da qualidade do ensino; a alteração da investigação científica, no sentido de substituir a construção de meios promotores do conflito, pelo desenvolvimento de técnicas e saberes que permitam melhorar a qualidade de vida de todos os seres humanos; o enriquecimento do diálogo intercultural e o fim dos preconceitos e ideias promotoras de guerra.

O sentido humanista que a Carta das Nações Unidas e a Constituição da UNESCO contêm desenvolve-se na medida em se promove e se expande uma cultura de paz.

A paz tende a ser um direito humano, por isso a importância não só de abordar a questão de educar para a paz, mas também de promover uma cultura de paz.

No século XXI, educar para a paz e assentar as bases para uma cultura de paz significa preparar as novas gerações para procurar um novo consenso sobre as convicções humanas integradoras. Este consenso não se pode limitar a uma norma restrita, nem a uma obrigação política, mas deve ser um consenso ético, um diálogo entre as diferentes tradições culturais, consciente de que para o bem de muitos é preciso que alguns limitem o seu bem-estar e aceitem a insuficiência, porque como diz Zaragoza<sup>58</sup>

---

57. A Comissão de Camberra encarregue de estudar a eliminação das armas nucleares, entregou ao Secretário Geral da Conferência para o Desarmamento, em 26 de agosto de 1996, o resumo dos seus trabalhos no qual referia que «o poder destruidor das armas nucleares é imenso. Qualquer utilização destas armas provocaria uma catástrofe. A primeira condição de as eliminar é fazer com que os estados que as possuem se comprometam, sem ambiguidades, em eliminar as armas nucleares e concordem em promover medidas imediatas e acordos concretos de modo a concretizar esta eliminação. Será necessário alargar progressivamente as garantias às atividades nucleares desempenhadas pelos estados dotados de armas nucleares, aos estados não declarados que possuem estas armas, e aos estados quase nucleares, visto que o seu objetivo final é a sua aplicação universal em todos os países».

58. F. Zaragoza, *La memória del futuro* (Catalunya: Centre UNESCO, 1994), 12.

... hoje, mais do que ontem, sobreviver significa partilhar recursos e conhecimentos, preservar a riqueza da natureza e da diversidade das culturas, aceitar a identidade e a diferença para poder viver inteligentemente, fazer alianças para aumentar a força disponível e conseguir juntos a vitória sobre a adversidade.

Uma cultura de paz consiste, também, na formação de um novo contracto social e ecológico a nível planetário, que através de instrumentos jurídicos e políticos estabeleça um equilíbrio, nas sociedades, baseado nos valores do humanismo moderno, de solidariedade, de fraternidade, de justiça, de liberdade e de desenvolvimento sustentável (Prera)<sup>59</sup>.

Para E. Boulding<sup>60</sup> “uma cultura de paz

é uma cultura que promove a pacificação, entre estilos de vida, crenças, valores e comportamentos que favorecem a construção da paz; acompanha as mudanças institucionais; promove o bem-estar, a igualdade, a administração equitativa dos recursos, a segurança para os indivíduos, as famílias, a identidade dos grupos ou das nações sem recorrer à violência.

Perante o que foi dito, verifica-se ser necessário, mais do que nunca, promover uma educação que vise colmatar a falta de justiça, de igualdade, de respeito, de tolerância, de solidariedade, que promova o desenvolvimento da paz e a implementação de uma cultura de paz na sociedade.

Chega-se finalmente ao ponto de abordar a questão da abertura à verdade, sem a qual não é possível alcançar a paz na sociedade e construir uma cultura de paz.

## 6. Abertura à verdade

A questão da verdade é um princípio ético maioritariamente estudado em filosofia. Nesta reflexão pretende-se sublinhar a vertente da verdade no âmbito da construção da paz, da educação para a paz e de uma cultura de paz.

---

59. A. Prera, *La cultura de paz, un nuevo contracto moral de la sociedad*. (Dialogo, 21, 1997), 14-15.

60. E. Boulding, “The concept of peace cultural” in E. Boulding, *Peace and conflict issues after the cold war*. (UNESCO, 1992), 107.

Jares<sup>61</sup> refere que a verdadeira natureza da educação possui em si a procura da verdade. Segundo o mesmo autor “o processo educativo implica o conhecimento das diferentes explicações e possíveis direções a tomar na vida, ao mesmo tempo que aprendemos a situar-nos perante elas e a decidir autónoma e livremente”.

A verdade nem sempre é o critério de avaliação de determinada situação, pelo contrário, toma-se a mentira como verdade, levando à institucionalização da mentira (Jares)<sup>62</sup>. Para combater este hábito, urge que a comunidade seja, mais do que nunca, um exemplo vivo de verdade, a qual, inseparável do respeito pelos outros, constitui a base de uma sociedade democrática e da edificação de uma cultura de paz.

Tal como acontece com os demais valores, não tem sentido falar-se de verdade, se não se tem a consciência e o desejo de a conhecer.

A verdade pode ser abordada segundo várias perspetivas de acordo com os seus defensores.

Cano<sup>63</sup> explica que é possível a mente humana poder conhecer, compreender ou captar a verdade objetiva das coisas naturais.

Rorty<sup>64</sup> apresenta uma razão para eliminar os conceitos platónicos da verdade e do bem: é o facto de estarem fora de moda e terem perdido a sua utilidade. Este autor afirma, ainda, que a *obsessão* pela procura da verdade, da objetividade, da certeza e dos valores espirituais eternos, traz mais inconvenientes do que vantagens, porque submerge os indivíduos num mar de dúvidas e contradições irresolúveis, que não resolvem os problemas atuais.

Neste contexto, William James<sup>65</sup> diz que a verdade é o que para nós é bom acreditar e que uma ideia “é útil porque é verdadeira”, ou “é verdadeira porque é útil”.

Jordi Palou, da Fundació Carta de la Pau dirigida à ONU. (Corral Àmbit)<sup>66</sup> atribui ao conceito de *aletheia*, o significado de retirar o véu, descobrir o oculto. Este caminho pode ser atribuído à verdade que deixa visível tudo quanto esteve oculto ou seja tudo o que foi mentira,

---

61. X. Rodriguez Jares, *Educar para a verdade e a esperança* (Porto: Asa, 2006), 161.

62. Op. cit.

63. M. Cano, *Ciencia y valores. Fundamentos de una educación para la paz I* (Huelva: Hergué, 2003).

64. R. Rorty, *Consecuencias del pragmatismo* (Madrid: Tecnos, 1996).

65. W. James, *Essays in Pragmatism* (New York: Hafner Publishing, 1961).

66. Àmbit Maria Corral, *¿Hacia dónde nos lleva la Inteligencia Artificial* (2023). <https://ambitmariaacorral.org/es/2023/02/resena-de-la-cena-hora-europea-243/>

escuro, violento que não conduz ao bem, à paz. Assim, é necessário tomar consciência da cadeia do mal e encontrar um sentido verdadeiro para a vida alicerçada nos valores que conduzem ao bem, à beleza e à paz.

É ainda importante sublinhar a perspectiva da verdade apresentada por alguns Papas nomeadamente por João Paulo II<sup>67</sup> na sua Encíclica “O Esplendor da Verdade” de 6 de agosto de 1993.

Nesta Encíclica o Papa apresenta Jesus Cristo como a “luz verdadeira que a todo o homem ilumina” (Jo 1, 9). Os homens tornam-se luz no Senhor, filhos da luz e santificam-se pela obediência à verdade. No entanto, a obediência à verdade nem sempre é fácil, pois o ser humano é muitas vezes tentado a trocar “a verdade de Deus pela mentira”.

Contudo, no coração de cada pessoa “permanece sempre a nostalgia da verdade absoluta e a sede de chegar à plenitude do seu conhecimento. Prova-o, de modo eloquente, a incansável procura do homem em todas as áreas e sectores. Demonstra-o ainda mais a sua busca do *sentido da vida*” (João Paulo II)<sup>68</sup>.

É neste sentido que podemos verificar a importância da consciência e do discernimento do que é bem e mal e o agir segundo o respetivo juízo.

O Papa refere ainda que o homem, para ter uma “boa consciência” (1 Tim 1, 5), deve procurar a verdade e julgar segundo esta mesma verdade. (João Paulo II)<sup>69</sup>

No n.º 63 da Encíclica, o Papa mostra que “é sempre da verdade que deriva a dignidade da consciência: no caso da consciência reta, trata-se da *verdade objetiva* acolhida pelo homem; no caso da consciência errónea, trata-se daquilo que o homem, errando, considera *subjetivamente verdadeiro*. Nunca é aceitável confundir um erro “subjetivo” acerca do bem moral com a verdade “objetiva”, racionalmente proposta ao homem em virtude do seu fim, nem equiparar o valor moral do ato cumprido com uma consciência verdadeira e reta, àquele realizado seguindo o juízo de uma consciência errónea.”

---

67. João Paulo II, *Encíclica O Esplendor da Verdade* (1993), Introdução ponto 1, [https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf\\_jp-ii\\_enc\\_06081993\\_veritatis-splendor.html](https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_06081993_veritatis-splendor.html)

68. Op. cit., Introdução ponto 1.

69. Op. cit., n.º 62,

Bento XVI<sup>70</sup>, na sua homilia da solenidade da Imaculada Conceição em 8 de dezembro de 2005, refere que “vivemos de modo justo se vivermos segundo a vontade do nosso ser, ou seja, segundo a vontade de Deus ... se vivermos contra o amor e contra a verdade... destruir-nos-emos uns aos outros e aniquilaremos o mundo”.

E ainda Bento XVI<sup>71</sup>, num seu discurso em Sidney a 17 de julho de 2008, refere que a vida é uma busca da verdade, do bem e da beleza e salienta que é “para tal fim que fazemos as nossas opções, exercemos a nossa liberdade e nisso mesmo, isto é, na verdade, no bem e na beleza, encontramos felicidade e alegria”.

Embora a verdade tenha sido tratada segundo várias perspetivas, abordaremos ainda a questão da verdade no que concerne à paz. Para tal consideramos importante expor a perspetiva defendida por Gandhi durante a sua vida.

Gandhi<sup>72</sup> sublinha que a verdade é multifacetada e deve ser apreciada a partir de vários aspetos. O diálogo deve iniciar-se com humildade, diante do mistério do transcendente, independentemente de como se entenda, pois, todas as pessoas possuem fragmentos da verdade. O ser humano não conhece toda a Verdade, portanto o seu trabalho consiste em orientar a vida para a verdade, em identificar e em escolher os meios mais idóneos para a alcançar. Para Gandhi<sup>73</sup>, a verdade vive no coração de cada ser humano e ninguém tem direito a forçar os outros.

Ainda segundo o mesmo autor<sup>74</sup>, o ser humano, que é um ser limitado, nunca pode conhecer plenamente a verdade e o amor que são infinitos, porque a definição da Verdade é Deus e o único meio para a alcançar é o amor, isto é, a não-violência.

Segundo a filosofia de Gandhi, o fim e os meios são termos mutáveis entre si; compara os meios com a semente e o fim com a árvore, e salienta que entre o fim e os meios há uma relação que não admite dúvidas, tal como entre a árvore e a semente. Porém, Gandhi usa outro termo de comparação ao dizer que a não-violência e a verdade

---

70. Bento XVI, *Deus é sempre novo. Pensamentos espirituais* (Lucerna: Cascais, 2023).

71. Op. cit.

72. M. Gandhi, *Gandhi e o cristianismo* (São Paulo: Paulus, 1996).

73. M. Gandhi, *Palabras para la paz, Edición e introducción: Maria Otto*. (Maliaño, Cantabria: Sal Terrae, 2001).

74. M. Gandhi, *Todos los hombres son hermanos* (Salamanca: Sígueme, 2000).

são como dois irmãos gêmeos: tanto um como outro são indispensáveis e destaca que para se chegar a esta unidade, é necessária uma grande pureza. Se o espírito ou o corpo apresentam uma certa impureza, a mentira e a violência instalam-se imediatamente. Os indivíduos que são rebaixados, utilizam todos os meios para conseguirem uma vitória, exploram os outros povos, as pessoas mais débeis e, deste modo, não só se degradam a si mesmos, como também toda a humanidade.

Uma outra perspectiva da verdade é evidenciada por Chomsky<sup>75</sup>, que considera que a verdadeira aprendizagem está relacionada com a descoberta da verdade e não com a sua imposição; a imposição de uma verdade oficial não conduz ao desenvolvimento de um pensamento crítico e independente. O dever de qualquer professor é ajudar os estudantes a descobrirem a verdade por si mesmos, sem terem receio das informações e das ideias que possam ser embaraçosas para os mais ricos e os mais poderosos, como pode acontecer com os indivíduos que desenham e impõem a política escolar. Ensinar a verdade consiste em aprender a distinguir as verdades das mentiras.

Para Jares<sup>76</sup>, “a verdade refere-se a factos, a situações provadas, tal como acontece com o conhecimento científico e racional”; no caso de ser impossível confirmar algo, é preciso escolher o contexto que reúna o maior número de provas e informações, de modo a aproximá-lo o mais possível da verdade.

No mundo atual, verifica-se quanto é necessária a verdade.

Garagnani<sup>77</sup> conta que um dia no telejornal da noite na Ucrânia, que era ainda uma República da União Soviética, foi divulgada a notícia de um grave acidente numa central nuclear perto de Chernobyl. O regime de então fez filtrar as notícias, minimizando-as. A situação era grave, mas só se reconheceu a sua gravidade quando se constatou que a nuvem radioativa se difundiu da Escandinávia ao Mar Negro, envenenando as colheitas de metade da Europa. Centenas de milhares de pessoas sofreram com este acidente e ainda hoje o número de vítimas é discutível. Situações como esta são recorrentes nos dias de hoje, sobretudo em ambientes de conflito.

---

75. N. Chomsky, *La (des)educación. Edición e introducción de Donaldo Macedo* (3ª ed.), (Barcelona: Crítica, 2003).

76. X. Rodríguez Jares, *Educar para la verdad y la esperanza. En tiempos de globalización, guerra preventiva y terrorismo* (Madrid: Editorial Popular, 2005), 180.

77. G. Garagnani, “L’insostenibile eredità di Chernobyl,” in *Città Nuova* (Roma 2006), 9, 13.

Atualmente, impõe-se uma reflexão mais serena e profunda dos factos e das circunstâncias que envolvem e geram os conflitos. Neste emaranhado de percepções, imagens e sentimentos, surge a necessidade de resposta, de explicação e de compreensão dos factos, isto é, de conhecer a verdade.

A procura da verdade é uma máxima da não-violência, relacionada com o desejo de um mundo mais justo e pacífico.

Sem a verdade, falta à sociedade o indispensável para se organizar e funcionar, porque a mentira torna impossível a sã convivência humana, daí resultando que a sociedade possa ser regida pela lei do mais forte, sem ter em atenção o respeito pela dignidade dos outros, a defesa dos direitos humanos, a justiça, a igualdade e a fraternidade.

Só com base nestes valores é possível a edificação de uma sociedade em paz que contribua para a promoção de uma cultura de paz.

Importa ainda referir que em 2010, A Assembleia Geral das Nações Unidas estabeleceu o dia 24 de março como o Dia Internacional do Direito à Verdade em relação às Violações Graves dos Direitos Humanos e à Dignidade das Vítimas (IPPDH).<sup>78</sup>

O direito à verdade implica o conhecimento pleno e completo dos factos em relação às graves violações de direitos humanos, das pessoas envolvidas, das circunstâncias específicas e da sua motivação. Trata-se de um direito autónomo e inalienável que implica o dever dos Estados conduzirem investigações eficazes, garantindo que os recursos sejam para tal disponibilizados e que as vítimas obtenham a justa reparação.

A celebração desta data tem por objetivo promover a memória das vítimas de graves e sistemáticas violações dos direitos humanos e realçar a importância do direito à verdade e à justiça, bem como prestar homenagem àqueles que dedicaram a sua vida à luta pela promoção e proteção dos direitos humanos e àqueles que perderam as suas vidas neste esforço.

Este dia foi escolhido internacionalmente em memória de Monsenhor Oscar Amulfo Romero, assassinado a 24 de março de 1980, por ter denunciado ativamente as violações dos direitos humanos das pessoas mais vulneráveis, em El Salvador.

---

78. IPPDH Instituto de Políticas Públicas en Derechos Humanos, “Memoria, verdad y justicia para consolidar un presente y un futuro con democracia, derechos humanos y paz”, in *MERCOSUR* (23 de março de 2023), <https://www.ippdh.mercosur.int/memoria-verdad-y-justicia-para-consolidar-un-presente-y-un-futuro-con-democracia-derechos-humanos-y-paz/>

Pelo exposto, constata-se o quanto é importante viver com verdade, pois o comportamento humano, ao ser influenciado por mentiras (ou omissões da verdade) ofusca o bem, dificultando assim a construção da paz.

## Referências

- Bejarano, J.A. *Una agenda para la paz. Aproximaciones desde la teoría de la resolución de conflictos*. Bogotá: Tercer Mundo Editores, 1995.
- Bento XVI. “Deus é sempre novo. Pensamentos espirituais”. *Lucerna*. Cascais, 2023.
- Boulding, E. “The concept of peace cultural”. In E. Boulding, *Peace and conflict issues after the cold war*. UNESCO, 1992.
- Bouthoul, G. *Viver em paz*. Lisboa: Moraes, 1968.
- Bullivant, Br. *The pluralist dilemma in education*. Sidney: Allen y Unwin, 1981.
- Bullivant, Br. Towards radical multiculturalism: resolving tensions in curriculum and Education Planning. In S. Moggdil et al. *Multicultural education. The interminable debate* (pp.33–47). Londres: The Falmer Press, 1988.
- Bullivant, Br. Culture: nature and meaning for teachers. In J.A. Banks & Ch.A. (Eds.). *Multicultural education. Issues and perspectives* (pp.27–45). Londres: Allyn and Bacon, 1989.
- Canal, M. *Ciencia y valores. Fundamentos de una educación para la paz I*. Huelva: Hergué, 2003.
- Corral, Àmbit Maria. *¿Hacia dónde nos lleva la Inteligencia Artificial?*, <https://ambitmariaorral.org/es/2023/02/resena-de-la-cena-hora-europea-243/>, 13 noviembre, 2023.
- Chomsky, N. *La (des)educación. Edición e introducción de Donaldo Macedo* (3ª ed.). Barcelona: Crítica, 2003.
- Curle. *Conflictividad y pacificación*. Barcelona: Herder, 1978.
- Debesse, M. e Mialaret G. *Traité des sciences pédagogiques*. Paris: Presses Universitaires de France, s.d.
- Delors, J. (Org.). *Educação, um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI*. Porto: ASA, 1996.
- Dewey, J. *Pedagogía y Filosofía*. Madrid: Fco. Beltrán, 1930.
- Fisas, V. *Cultura de paz y gestión de conflictos*. Barcelona: Icaria, 1998.
- Gandhi, M. *Gandhi e o cristianismo*. São Paulo: Paulus, 1996.
- Gandhi, M. *Todos los hombres son hermanos*. Salamanca: Sígueme, 2000.
- Gandhi, M. *Palabras para la paz. Edición e introducción: Maria Otto*. Maliaño (Cantabria): Sal Terrae, 2001.
- Galtung, J. Violence. Peace and peace research. *Journal of Peace Research*, 3, 167–192, 1969.
- Galtung, J. Peace research takes sides. *Peace: Research, Education, Action. Essays in Peace Research*, vol. I, 178, 1975.
- Galtung, J. *Sobre la paz*. Barcelona: Editorial Fontamara, 1985.
- Galtung, J. “Reflexiones sobre a violencia para, reconstruir a paz.” In X. R. Jares (Ed.). *Construir a paz. Cultura para a paz* (pp. 139–160). Vigo: Xerais, 1996.
- Garagnani, G. “L’insostenibile eredità di Cernobyl”. *Città Nuova*, 9, 13, 2006.
- Hendrich, J. “El esfuerzo pacifista de Comenius”. In P. Bovet. *La paz por la escuela* (pp. 143–149). Madrid: Ediciones La Lectura, 1927.
- Hicks, D. *Educación para la paz. Cuestiones, principios y práctica en el aula* (2ª ed.). Madrid: Ediciones Morata, 1999.
- IPPDH Instituto de Políticas Públicas en Derechos Humanos. *Memoria, verdad y justicia para consolidar un presente y un futuro con democracia, derechos humanos y paz*. MERCOSUR. 23 de março de 2023. <https://www.ippdh.mercosur.int/memoria-verdad-y-justicia-para-consolidar-un-presente-y-un-futuro-con-democracia-derechos-humanos-y-paz/>
- Jaeger, W. “Paideia: Los ideales de la cultura griega”. In Ortega, P. (eds.) *La tolerancia en la escuela*. Barcelona: Editorial Ariel, 1974.
- James, W. *Essays in Pragmatism*. New York: Hafner Publishing, 1961.
- Jares, X. R. (Ed.) *Educación para la paz. Cuadernos de Pedagogía*, 107, 69–72, 1983.
- Jares, X. R. (Ed.) *Educar para arma-la paz*. A Coruña: Via Láctea, 1986.
- Jares, X. R. *Educación para la paz. Su teoría y su práctica*. Madrid: Editorial Popular, 1991.
- Jares, X. R. (Ed.) *Construir a paz. Cultura para a paz*. Vigo: Xerais, 1996.

- Jares, X. R. *Educación para la paz. Su teoría y su práctica*. Madrid: Editorial Popular, 1999.
- Jares, X. R. *Educar para la verdad y la esperanza. En tiempos de globalización, guerra preventiva y terrorismo*. Madrid: Editorial Popular. 2005.
- Jares, X. R. *Educar para a verdade e a esperança*. Porto: Asa, 2006.
- João XXIII. "Pacem in Terris." In *Caminhos da justiça e da paz* (3ª ed.) (pp. 195-233). Lisboa: Rei dos Livros, 1993.
- João Paulo II. *Encíclica O Esplendor da Verdade* (Introdução ponto 1 [https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf\\_jp-ii\\_enc\\_06081993\\_veritatis-splendor.html](https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_06081993_veritatis-splendor.html), 1993).
- Lederach, J. *Educar para la paz*. Barcelona: Fontamara, 1984.
- Lipiansky, E. M. "Communication, codes culturels et attitudes face a l'altérité." *Intercultures*, 7, 27-37, 1989.
- Lovelock, J. E. *Gaia. A new look at life on earth*. Oxford: Oxford University Press, 1979.
- Lubich, C. *Una cultura nuova per una nuova società*. Roma: Città Nuova Editrice, 2002.
- Montessori, M. *Educação e Paz*. Queluz: Portugalia, s.d.
- Nani, A. "Pace: educazione alla". In J. M. Prellezo (Ed.), C. Nani & G. Malizia. *Dizionario di scienze dell'educazione. Facoltà di Scienze dell'Educazione. Università Pontificia Salesiana* (pp 785-786). Torino: Editrice Elle Di Ci, S.E.I. 1997.
- Ortega P. e Mínguez, R. "Educación intercultural y democracia." In Ortega, P. e Sáez J. (eds.). *Educación y democracia*. Cajamurcia: Obra cultural, 1993.
- Ortega, P., Gil, R. e Mínguez, R. *Valores y educación*. Barcelona: Editorial Ariel, 1996.
- Papa Francisco. *O Papa: sofremos a escassez de fraternidade, dizer seriamente "não" à guerra*. <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2023-06/papa-mensagem-conselho-seguranca-onu-gallagher-guerra-paz.html>, 14 junho 2023
- Possenti, V. *Frontiere della pace*. Milano: Editrice Massimo, 1973.
- Prera, A. "La cultura de paz, un nuevo contrato moral de la sociedad." *Dialogo*, 21, 14-15, 1997.
- Quintás, L. *El libro de los valores*. Madrid: Planeta, 1996.
- Rojo, R. M. *La educación para la paz y el interculturalismo como tema transversal*. Barcelona: Oikos-Tau, 1995.
- Rorty, R. *Consecuencias del pragmatismo*. Madrid: Tecnos, 1996.
- Roselló, P. *La paz por la escuela*. Madrid: La Lectura, 1927.
- Rousseau, J. J. *Emilio o de la educación*. Barcelona: Fontanella, 1973.
- Symonides, J. & Singh, K. "Constructing a culture of peace: challenges and perspectives." An introductory note. In J. Symonides & K. Singh. *From a culture of violence to a culture of peace* (20-30). UNESCO, 1996.
- Touriñan, J. "Teoría de la Educación." Madrid: Anaya. In Ortega, P., Mínguez, R. e Gil, R. *La tolerancia en la escuela*. Barcelona: Ariel Educación, 1987.
- UNESCO. *Constituição da UNESCO, Ato Constitutivo*. [http://www.unesco.org.br/areas/dsocial/antigoconteudosocial/desenv/culturadepaz/mostra\\_documento\\_1945](http://www.unesco.org.br/areas/dsocial/antigoconteudosocial/desenv/culturadepaz/mostra_documento_1945)
- UNESCO. *La UNESCO aprueba una recomendación histórica sobre el papel transversal de la educación en la promoción de la paz*. <https://www.unesco.org/es/articlos/la-unesco-aprueba-una-recomendacion-historica-sobre-el-papel-transversal-de-la-educacion-en-la-2023>
- Wright, Q. *A study of war*. Chicago: The University of Chicago Press, 1970.
- Zaragoza, F. *La memoria del futuro*. Catalunya: Centre UNESCO, 1994.
- Zaragoza, F. *Un mundo nuevo* (2ª ed.). Barcelona: UNESCO, 2001.

